



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

Curso de Pós-Graduação Especialização em Ciências Policiais

4.2. Ementário

Módulo I - Geral

Disciplina: Metodologia Científica aplicada às Ciências Policiais	
Carga Horária: 26h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Explorar os conhecimentos iniciais sobre Educação a Distância e Ambiente Virtual de Aprendizagem. Distinguir diferentes tipos de saberes. Compreender o sentido/significado do conhecimento científico e outras formas de conhecimento. Conhecer bases de dados científicas. Reconhecer textos científicos. Identificar as partes de um projeto de pesquisa.	
Ementa	
Metodologia do trabalho científico. Tipos de saberes. Pesquisa científica. Normas para elaboração de textos científicos.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota	

final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N°34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei No 13.146/2015.

Bibliografia Básica

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
 BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. 1ª edição. Rev. Ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.
 GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

AQUINO, Italo de Souza. **Como escrever artigos científicos**: sem arroteio e sem medo da ABNT. São Paulo: Saraiva, 2010
 IFES. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos e científicos**: documento impresso e/ou digital 8 ed. Ver. E ampl. Vitória: Ifes, 2017.
 IFES. **Normas para elaboração de referências – NBR 6023**: documento impresso e/ou digital. Vitória: Ifes, 2018.
 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2005.
 MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamento, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: O Ensino das Ciências Policiais

Carga Horária: 26h (EaD) / 4 h (Presencial)

Obrigatória

Objetivos

Diferenciar os cursos de licenciatura dos cursos de bacharelado. Compreender as peculiaridades da educação profissional e tecnológica de nível superior. Distinguir os objetivos dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e dos programas pós-graduação *Stricto Sensu*. Reconhecer os saberes que constituem as Ciências Policiais. Compreender os princípios, fundamentos e metodologias para a aprendizagem de adultos. Aprender as características, tipos e aplicação de metodologias ativas. Analisar o histórico, pressupostos teóricos e estratégia de utilização da Aprendizagem Baseada em Problemas.

Ementa

A organização do Ensino Superior no Brasil. As ciências policiais. A aprendizagem de adultos. Metodologias ativas. Aprendizagem baseada em problemas.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta

de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N° 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei No 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BOROCHOVICIUS, Eli; TORRELLA, Jussara Crisna Barboza. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 83, p. 263-294, abr./jun. 2014.

BRASIL. Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (**LDB**). Brasília, 1996.

CUNHA, Márcia Borin da; OMACHI, Nathalie Akie; RITTER, Olga Maria Sshmidt; NASCIMENTO, Jessica Engel do; MARQUES, Glessyan de Quadros; LIMA, Fernanda Oliveira. **Metodologias ativas: em busca de uma caracterização e definição**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/3885/7289/7622>. Acesso em: 12 set. 2022.

KNOWLES, Malcom Shepherd; HOLTON III, Elton F.; SWANSON, Richard A. **Aprendizagem de Resultados: Uma Abordagem Prática para Aumentar a Efetividade da Educação Corporativa**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

Bibliografia Complementar

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Secretaria Nacional de Segurança Pública**. Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. Brasília, 2014.

CUNHA, L. A. C. R. A expansão do ensino superior: causas e consequências. **Revista Debate & Crítica**, n. 5, p. 27-58, 1975.

MARTINS, Carlos Benedito; VIEIRA, Maria Manuel. **Educação superior e os desafios no novo século: contextos e diálogos Brasil-Portugal**. Brasília: Editora da UnB, 2014. No prelo.

MASINI, Elcie Aparecida Fortes Salzano e MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem Significativa: Condições para Ocorrência e Lacunas que Levam a Comprometimentos**. São Paulo: ed. Vetor, 2008.

NUNES, Edson de Oliveira; CARVALHO, Márcia de; ALBRECHT, Julia Vogel. **A singularidade brasileira**: ensino superior privado e dilemas estratégicos da política pública. Rio de Janeiro: Observatório Universitário, jun. 2009. (Documento de Trabalho, n. 87).

REVISTA QUERO. **Bacharelado, licenciatura ou tecnólogo**: qual opção escolher? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KSxYHLI4o-0>. Acesso em: 11 set. 2022.

RODA DE CONVERSA. **Os desafios da educação de jovens e adultos**. Disponível em <https://youtu.be/aECS7PB0HoA>. Acesso em: 05 set. 2022.

SANTOS, Cassio M. dos. **Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pXxfJjdHPRrpRbZvCHKLfsp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

Disciplina: Fundamentos da Gestão em Segurança Pública	
Carga Horária: 26h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Debater os conceitos de SP. Analisar legislações específicas. Identificar os órgãos componentes da SP. Analisar a estrutura de gestão pública do Brasil. Diferenciar os modelos de gestão pública. Pesquisar modelos de gestão. Identificar a importância da APG para o Brasil atual. Comparar o SUSP e o Sistema de Justiça Criminal frente os desafios da sociedade moderna. Debater os desafios para a Segurança Pública no Brasil e no mundo, analisando suas peculiaridades locais. Identificar os métodos de controle e pacificação social. Características da gestão por resultado. Etapas da gestão por resultado.	
Ementa	
Conceitos de segurança pública. Estrutura e Modelos de Gestão. Administração Pública Gerencial. Sistemas de segurança. Controle e Pacificação. Segurança Pública no Brasil. Gestão por resultados.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota	

final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N° 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N° 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei No 13.146/2015.

Bibliografia Básica

CASTRO, Ana Cristina de. CASTRO, Cláudia Osório de. **Gestão Pública Contemporânea**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2014. (Série Gestão Pública).
 COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade Gestão de Segurança Pública, Violência e Controle Social**. Editora da UFBA. Salvador. BA. 2005
 LISOT, Altair. **Os Princípios da Governança Corporativa no Processo de Modernização da Gestão da Segurança Pública no Brasil**. Revista Ordem Pública, Vol. 5, n. 1, Semestre I – 2012.

Bibliografia Complementar

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2007.
 MENEZES, Joelina. **Segurança Pública: representações sociais e políticas de formação**. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.
 POLZAK, Joseph J. Accelerating Change. **Police Chief**, vol 89, N.º 9, The Future of Policing. September. www.policchiefmagazine.org, 2022.
 GREEN, Tracey. Futures Thinking. **Police Chief**, vol 89, N.º 9, The Future of Policing. September. www.policchiefmagazine.org, 2022.
 MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Modelo de Governança e Gestão** (Gestão.gov.br). Disponível em:
<https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/modelo-de-governanca-e-gestao/sobre-o-gestaogov>. Acesso em 01 set. 2022.

Disciplina: Políticas Públicas

Carga Horária: 26h (EaD) / 4 h (Presencial)

Obrigatória

Objetivos

Conceituar políticas públicas e o processo de políticas públicas, bem como os seus tipos. Compreender a abordagem sistêmica e estratégica. Identificar os atores dos processos de políticas públicas. Conhecer a evolução histórica, características e aplicação de políticas nacionais de segurança pública no Brasil e no mundo. Conhecer as políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente e aos demais grupos, e sua relação com o combate à violência e exclusão social. Identificar o papel do policial no processo da política pública.

Ementa

Políticas públicas. Política Nacional de Segurança Pública. Sistema de Segurança Pública e Defesa Social. Políticas públicas de proteção a grupos vulneráveis. O papel do policial no processo de política pública.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse

processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

LOTTA, Gabriela "A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas". In. LOTTA, G. (Org.) **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap. Cap. 1. 2019.

MACHADO, José Ângelo; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Entre cooperação e centralização. Federalismo e políticas sociais no Brasil pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, N.º 88, junho. 2015.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E.; FARIA C. A. P. **A política pública como campo multidisciplinar**. (org.). São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

NIEDHARDT, Ana Claudia. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. **Coletâneas**. Volumes, v. 1, 2007. p. 21 - 42

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**. Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. 2º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Brunna Carvalho e PAULA, Sílvio Luiz de. O papel da avaliação de políticas públicas no contexto dos governos locais. In: **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília – IPEA. N.º 42 jan-jun. 2014.p. 39-60

ANDRADE, Jackeline Amantino. Formação estratégica: as políticas públicas a partir das

práticas. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 1, p. 47-63, 2011. Disponível em: <http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/638/528>

ARRETICHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 33, N.º 96. São Paulo, janeiro. 2018.

BONELLI, Francesco et al. A atuação dos burocratas de nível de rua na implementação de políticas públicas no Brasil: uma proposta de análise expandida. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, p. 800-816, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395177561> . Acesso em: 23 dez. 2022.

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; NELSON, Richard R.; STIGLITZ, Joseph. Instituições e Políticas Moldando o Desenvolvimento Industrial: uma nota introdutória. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 1, janeiro/junho. 2007.

LOTTA, G. S.; GONÇALVES, R.; BITELMAN, M. F. A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas décadas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 19, n. 64, 2014. DOI: 10.12660/cgpc.v19n64.5817. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/5817>. Acesso em: 27 jan. 2023.

Spaniol, M. I., Moraes Jr, M. C., & Guimarães Rodrigues, C. R. (2020). Como tem sido planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos Planos e Programas Nacionais de Segurança implantados pós-redemocratização. **Revista Brasileira De Segurança Pública**, 14(2), 100–127. <https://doi.org/10.31060/rbsp.2020.v14.n2.1035> Acesso em: 23 dez. 2022.

VAZ, Alexander Cambraia N. "Dispersão decisória, centralidade política e entropia burocrática: mitigando custos transacionais na gestão pública". **Opin. Publica** [online], vol.24, n.3 [cited 2020-05-19], pp.622-669. 2018.

WU, Xun. Guia de políticas públicas: gerenciando processos / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014.

Módulo II - Geral

Disciplina: Ética, Cidadania e Segurança Pública	
Carga Horária: 26h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Refletir sobre as bases históricas e filosóficas da ética e moral do comportamento humano. Analisar a ética e moral no contexto da segurança pública. Contemplar os fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos que amparam a DUDH. Refletir atualidades e os desafios sobre os direitos humanos no Brasil. Discutir sobre o papel da polícia e o que é ser policial no estado democrático de Direito.	
Ementa	
Fundamentos Éticos e Morais do Comportamento Humano. Ética Aplicada à Segurança Pública. Fundamentos Filosóficos e Sociológicos dos Direitos Humanos. Direitos Humanos Aplicados à Segurança Pública. Direitos Humanos no Brasil: Atualidade e Desafios.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns têm como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário	

acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: Introdução à filosofia. São Paulo: Editora Moderna, 1986.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2018.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SANDEL, Michael J. **Justiça**: o que é fazer a coisa certa. Editora José Olympio, 2015.

Bibliografia Complementar

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Editora Companhia das Letras, 2013.

BEATO, Cláudio C.; PEIXOTO, Betânia Totino. Há nada certo: Políticas sociais em crimes e espaços urbanos. In: SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). **Prevenção da violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 6. p. 164-202. (Segurança e Cidadania).

BBC Brasil. **A incrível história do homem sem documentos encontrado no Brasil 5 anos após desaparecer no Canadá**. 6 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/curiosidades-38878939>. Acesso em: 12 set. 22.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica. São Paulo: Cultrix, 1996.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p.233-269, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n2/a02v47n2.pdf>>. Acesso em: 12 set. 22

DE MASI, Domenico. **O Futuro Chegou**: modelos de vida para uma sociedade desorientada. Editora: Casa da Palavra. 2014.

JR NA TV. **Lei passa a tratar como crime a violência psicológica contra a mulher**. 02/08/2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/jr-na-tv/videos/lei-passa-a-tratar-como-crime-a-violencia-psicologica-contra-a-mulher-02082021>. Acesso em: 12 set. 22

KRUG, Etienne G. et al. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde (OMS), 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>>. Acesso em: 12 set. 22 .

NJAINE, Kathie; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Impactos da violência na saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Educação A Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, 2009

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Zahar, 2006.

SAGAN, Carl. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Editora Companhia das Letras, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

STEINER, Rudolf. A Filosofia da Liberdade. São Paulo: Antroposófica, 2008.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. **O nível**: por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2015

Nome Componente ou Disciplina: Gestão de Pessoas	
Carga Horária ¹ : 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Reconhecer a Gestão de pessoas como órgão estratégico associado à Gestão Institucional. Contextualizar a importância do dimensionamento da Força de trabalho. Entender a Ética e Responsabilidade Social a partir dos objetivos da Gestão de Pessoas. Compreender o modelo de Gestão por competências. Introduzir os conceitos fundamentais em Gestão de Conflitos. Refletir sobre os aspectos ligados à Liderança Organizacional. Apresentar sistemas de avaliação de desempenho. Permitir um aprofundamento do contexto da disciplina na prática da Instituição.	
Ementa	
Gestão Estratégica de Pessoas. Gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho. Ética e Responsabilidade Social. Gestão por Competências. Gestão e Mediação de Conflitos. Liderança e Poder nos Grupos Humanos. Meritocracia e Sistemas Meritocráticos.	
Metodologia e Estratégias	

¹ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns têm como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica²

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas**. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público**. Brasília: ENAP, 2010.

TEIXEIRA, Sebastião. **Gestão estratégica**. 2a ed. - Forte da Casa : Escolar, 2020.

Bibliografia Complementar²

ALBRECHT, Karl. **Inteligência Social**. 1 ed. São Paulo - M. Books do Brasil Editora Ltda, 2006.

ARAÚJO, Luís César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

² privilegiando o catálogo do acervo da biblioteca do campus no qual o curso está inserido e outras fontes de fácil acesso como, por exemplo, artigos científicos e ebooks.

BRAGA NETO, Adolfo; SAMPAIO, Lia Regina Castaldi. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2007

BRASIL. Ministério da Economia. **Portaria n.º 7.888**. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal. **Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei no 9.654. Carreira de Policial Rodoviário Federal. Brasília- DF, 1998.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto n.º 1.171**. Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

BRASIL. Ministério da Economia. **Método de Dimensionamento do Quadro de Pessoal de TIC do SISP**, 2017.

BRASIL. Ministério da Economia. ENAP. **Dimensionamento na administração pública federal: mensuração da capacidade produtiva e análise de tipificação**, 2018.

BRASIL. Ministério da Economia. ENAP. **Dimensionamento na administração pública federal: uma ferramenta de gestão da força de trabalho**. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. ENAP. **Dimensionamento na administração pública federal: uma ferramenta do planejamento da força de trabalho**, 2018.

CARNEGIE, Dale. **As cinco habilidades essenciais do relacionamento**: como se expressar, ouvir os outros e resolver conflitos; tradução: Emerson Justino. - 2 ed. - São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

CARNEGIE, Dale. **Como resolver conflitos e lidar com pessoas difíceis**. trad. Lucília Filipe. - 1a ed, 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**: o capital humano das organizações. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CORDEIRO, Léia. **Gestão Estratégica de Pessoas**. - 1.ed. rev. - Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda A. P. **Psicologia das relações interpessoais**: Vivências para o trabalho em grupo. 11.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOLEMAN, Daniel et al. [Harvard Business Review]; tradução de Paulo Geiger. **Inteligência Emocional**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

GOLEMAN, Daniel. **Liderança eficaz**; trad. Miguel Freitas da Costa.- Lisboa : Actual, 2020.

GOLEMAN, Daniel; Boyatzis, Richard e Mckee, Annie: tradução Berilo Vargas. **O poder da inteligência emocional**: Como liderar com sensibilidade e eficiência. - 1a ed.- Rio de Janeiro: Objetiva. 2018.

GRAMIGNA, Maria Rita. **Modelo de competências e gestão dos talentos**. 2.ed. - São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo** - Uma história sobre a essência da liderança; tradução de Maria da Conceição Fornos de Magalhães. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

OLIVEIRA, José Arimatés de. **Gestão de pessoas no setor público**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]/CAPES/UAB, 2016.

ORLANDO, Wilson. **Liderança de equipes** - Aperfeiçoando relacionamentos com foco em resultados.Goiânia: Kelps, 2011.

ROBBINS, S. P. **Fundamentos do Comportamento Organizacional**. Tradução técnica Reynaldo Marcondes. 8. ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009;

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não-Violenta**: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais: [tradução Mário Vilela]. São Paulo: Ágora, 2006.

SERRANO, A. L. M.; FRANCO, V R. ENAP. Capítulo 4 - Metodologia e modelo para dimensionamento. In: Serrano, A, L. M. et al. **Dimensionamento na administração pública**

federal: uma ferramenta do planejamento da força de trabalho. Brasília – DF, 2018.

Nome Componente ou Disciplina: Planejamento Estratégico	
Carga Horária ³ : 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Entender os conceitos de planejamento e gestão. Distinguir planejamento e gestão. Entender os diversos conceitos ligados ao planejamento e à gestão. Entender o ciclo PDCA (Planejamento, Direção, Controle e Avaliação). Compreender a importância do monitoramento de um plano. Diferenciar os principais tipos de indicadores. Aprender a formular um indicador. Entender os conceitos de estratégia. Conhecer os 4P da Estratégia. Diferenciar Gestão Estratégica, Planejamento Estratégico, Plano Estratégico e Mapa Estratégico. Utilizar a Matriz SWOT. Conhecer a Metodologia Balanced ScoreCard. Conhecer o Mapa Estratégico da PRF. Relembrar a Missão, Visão e Valores da PRF. Relembrar os Objetivos Estratégicos da PRF. Entender como acontece o desdobramento da estratégia.	
Ementa	
Conceitos e Diferença de Planejamento e Gestão. Indicadores e Monitoramento. Estratégia e ferramentas estratégicas. Gestão Estratégica na PRF. Missão, visão e valores da PRF.	
Metodologia e Estratégias	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns têm como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada	

³ Distinguir carga horária teórica e prática, se for o caso.

pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica⁴

KIM, C. W.; MAUBORGNE, R. **A Estratégia do Oceano Azul**: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PORTER, Michael Eugene. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar²

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica**: planejamento e implantação de estratégias. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H. **Administração estratégica**: da competência empreendedora à avaliação de desempenho. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, M. D. **Estratégia de marketing**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WRIGHT, P.; KROLL, M.; PARNELL, J. **Administração Estratégica**: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

Disciplina: Controle na Administração Pública

Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)

Obrigatória

Objetivos

Compreender os conceitos e princípios da administração e do controle de gestão e suas aplicações no contexto da PRF. Analisar os modelos de gestão de risco e suas aplicações no contexto da PRF. Aprender e diferenciar os tipos e instâncias públicas de controle externo e interno. Conhecer os procedimentos administrativos na administração pública e suas aplicações no contexto da PRF.

Ementa

Princípios da administração pública aplicados ao controle. Fundamentos de controle de gestão. Gestão estratégica de riscos. Controle externo. Controles internos. Procedimentos administrativos.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades

⁴ privilegiando o catálogo do acervo da biblioteca do campus no qual o curso está inserido e outras fontes de fácil acesso como, por exemplo, artigos científicos e ebooks.

em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

CHIAVENATO, Idalberto. **Fundamentos de Administração**. Os pilares da gestão no Planejamento, Organização, Direção e Controle das Organizações para incrementar Competitividade e Sustentabilidade. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027549/epubcfi/6/10%5B%3vnd.vst.idref%3Dcopyright%5D!/4/2/24/3:90%5Bodo%2C%0ou%5D> Acesso em: 22 dez. 2022.

FRANÇA, Phillip G. **Controle da administração pública**. São Paulo: Editora Saraiva, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204051/pageid/0>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GIL, Antonio de L.; ARIMA, Carlos H.; NAKAMURA, Wilson T. **Gestão: controle interno, risco e auditoria**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. (Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502197558/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover%5D!/4/2>)

LIMA, Luiz H. **Controle Externo - Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992705/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml1%5D!/4/2/2%4051:35>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2007. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012460/epubcfi/6/10%5B%3>

[3Bvnd.vst.idref%3Dbody005%5D!/4/22/4](#). Acesso em: 22 dez. 2022.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças D. **Introdução à administração**: edição compacta. São Paulo: Grupo GEN, 2009. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522473069/>. Acesso em: 12 set. 2022.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2005. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466641/pageid/0>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Bibliografia Complementar

BEUREN, Ilse Maria. O papel da controladoria no processo de gestão. In SCHMIDT, Paulo (org.). **Controladoria**: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookmann, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522495559/pageid/0>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GOMES, Josir Simeone; SALAS, Joan M. **Controle de gestão**: uma abordagem contextual e organizacional. São Paulo: Atlas, 1997.

MAXIMIANO, Antonio Cesar A.; NOHARA, Irene P. **Gestão Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597013825/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml!%5D!/4/2/2%4051:1>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MILES, R. E.; SNOW, C. C. **Organizational strategy, structure and process**. New York: McGraw-Hill, 1978.

NAKAGAWA, Masayuki. **Introdução à controladoria: conceitos, sistemas e implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.

Módulo III - Linha formativa: Gestão Executiva

Disciplina: Gestão Estratégica	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Conceituar Gestão Estratégica. Conhecer e compreender a finalidade do planejamento. Conceituar a função direção e compreender a importância da delegação e da tomada de decisão. Compreender a função controle e sua importância e entender os tipos de controle que podem ser utilizados na Gestão Estratégica. Conhecer as características de um Projeto. Entender as etapas do ciclo de vida de um projeto. Compreender as fases de estruturação de um projeto. Conhecer as etapas para elaboração do Plano de Cargos e Remuneração. Compreender os princípios norteadores do planejamento de carreiras. Conhecer as características da Governança Compreender os Princípios Básicos de Governança. Refletir sobre as Diretrizes para a Boa Governança. Identificar os objetivos estratégicos da organização. Identificar e realizar priorização dos processos críticos. Entender o mapeamento e modelagem de processos. Conhecer o que são os Indicadores. Compreender o processo de construção de Indicadores. Entender a importância da divulgação dos resultados institucionais.</p>	
Ementa	
<p>Gestão Estratégica na Segurança Pública. Gestão, planejamento, direção e controle. Elaboração e Análise de Projetos. Estruturação e Viabilidade de Projeto. Gestão de Cargos, Carreira e Remuneração. Governança Corporativa. Processos Estratégicos de Negócio. Gestão</p>	

de Indicadores.
Metodologia e Recursos Utilizados
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.</p> <p>Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.</p>
Avaliação da Aprendizagem
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.</p> <p>Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.</p>
Bibliografia Básica
<p>ARANDA, Edison Artur. Gestão por Competências, Remuneração e Carreiras, 2010.</p> <p>FERREIRA, André Ribeiro. Módulo III: Gestão de processos. Brasília: ENAP, 2014.</p> <p>HERRERO FILHO, Emílio. Balanced Scorecard e a Gestão Estratégica: Uma abordagem prática. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5.ed. São Paulo: IBGC, 2015.</p> <p>JÚLIO, Carlos Alberto. A Arte da Estratégia: Pense grande, comece pequeno e cresça rápido! 3. ed. Rio de Janeiro: Negócio, 2005.</p> <p>MACHADO, Juarez; PINHEIRO, Thiago Henrique. Introdução à gestão de processos. Brasília: Enap Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, 2016.</p> <p>OLIVEIRA, Tiago Chaves. Guia referencial para gerenciamento de projetos e portfólios de projetos. 2021.</p> <p>PACHECO, Ana Paula Reusing; BORNHOFEN, Paulo Roberto. Gestão estratégica na segurança pública: 1. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2006.</p> <p>VIEIRA, James Batista; BARRETO, Rodrigo Tavares de Souza. Governança, gestão de riscos e</p>

integridade. 2019.
Bibliografia Complementar
<p>BAHIA, Leandro Oliveira. Guia referencial para construção e análise de indicadores. Brasília: ENAP, 2021.</p> <p>BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública. TCU: Brasília, Brasil, 2014.</p> <p>FRANCO, José de Oliveira. Cargos, Salários e Remuneração. Curitiba: IESDE BRASIL SA, 2008.</p> <p>HEERDT, Moacir. Elaboração e análise de projetos. Palhoça : UnisulVirtual, 2016.</p> <p>KAPLAN, Robert; NORTON, David. A Execução Premium. Rio de Janeiro: Campus, 2008</p> <p>MINTZBERG, Henry; QUINN, James Brian. O Processo da Estratégia. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. MORAIS, Roberto T. R. Planejamento Estratégico: um bem ou mal necessário? 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.</p> <p>MÜLLER, Cláudio J. Planejamento Estratégico, Indicadores e Processos: uma integração necessária. São Paulo: Atlas S.A., 2014.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico, Conceitos, Metodologia e Práticas. São Paulo: Atlas S.A., 2002.</p> <p>PMBOK, Guia. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos. 7. Ed. Project Management Institute – PMI: São Paulo. 2021.</p> <p>REZENDE, Denis A. Planejamento Estratégico Público ou Privado: guia para projetos em organizações de governo ou negócios. 3. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2015.</p> <p>SYMNETICS, Consultoria & Educação. Curso Alinhamento e Desdobramento da Estratégia em organizações públicas. Brasília: Symnetics, 2015.</p>

Disciplina: Gestão Integrada na Segurança Pública	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Compreender a importância da segurança pública no Estado Democrático de Direito. Examinar os modelos sistêmicos de segurança pública; analisar suas características e amplitude na atuação das Polícias Brasileiras, especificamente a PRF. Investigar as tendências mundiais de prevenção e controle da violência. Examinar o histórico do policiamento comunitário. Compreender a importância da segurança viária no Brasil, especialmente para a Polícia Rodoviária Federal. Conhecer as principais diretrizes e metas da ONU para a segurança viária. Relacionar as diretrizes do PNATRANS com a década da ONU. Reconhecer a importância da participação da PRF no PNATRANS e no projeto PNRM. Conhecer os indicadores de resultados da PRF na última década. Discutir as diretrizes e ações da PRF para a próxima década. Refletir sobre a importância da gestão integrada em segurança pública.</p>	
Ementa	
<p>Segurança Pública no Estado Democrático de Direito. Políticas públicas de segurança no Brasil e no Mundo. Sistema de Segurança Pública no Brasil. Gestão de repressão e prevenção à violência. Funções e atribuições da polícia em uma sociedade democrática. Policiamento comunitário. Segurança viária. Diretrizes e metas da ONU para a segurança viária. Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).</p>	
Metodologia e Recursos Utilizados	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivos: a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização</p>	

dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Plano Global para a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030.**, 2021.

<https://www.who.int/pt/publications/m/item/global-plan-for-the-decade-of-action-for-road-safety-2021-2030>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Plano Global para a Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2011-2020.** 2011.

Resolução 74/299 da Assembleia Geral da ONU - declara uma Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030.

<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N20/226/30/PDF/N2022630.pdf?OpenElement>.

Bibliografia Complementar

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal:** introdução à sociologia do direito penal. Trad. de Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO - Third Global Ministerial Conference on Road Safety: Achieving Global Goals 2030 - Stockholm, 19–20 February 2020.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento comunitário e controle sobre a Polícia:** a experiência norte-americana. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

DIMOULIS, Dimitri. Da “política criminal” à política da igualdade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais.** São Paulo, ano 8, n. 29, p. 209-232, jan/mar, 2000.

DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e segurança: entre pombos e falcões.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. de Raquel Ramallete. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MONTEIRO, Millena Fontora. **O Policiamento Comunitário como alternativa à democratização da polícia**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp038250.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Lei N.º 13.614/18 - Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, 2018. Zero mortes e lesões graves nas vias: liderando uma mudança de paradigma para um sistema seguro. Paris, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2016. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/data-systems>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Disciplina: Comunicação Pública Governamental	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Compreender a importância estratégica da comunicação institucional, diferenciação de público, limites da comunicação, público alvo e objetivos da comunicação. Associar a identidade da PRF aos canais de comunicação da corporação. Analisar características das mídias tradicionais e digitais. Conhecer os fundamentos da produção audiovisual. Refletir sobre o relacionamento da PRF com a imprensa.	
Ementa	
Estado e estratégias de comunicação públicas. Perfil comunicativo: fala e linguagem. Marketing em instituições públicas. Comunicação e relacionamento com a imprensa. Estratégia de comunicação interna.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BUENO, Wilson da C. **Estratégias de Comunicação nas Mídias Sociais**. São Paulo: Editora Manole, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520447437/>. Acesso em: 18 out. 2022.

HASWANI, Mariangela F. **Comunicação pública: bases e abrangências**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502199767. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502199767/>. Acesso em: 19 out 2022.

NETO, Belmiro Ribeiro da S. **Comunicação Corporativa e Reputação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502109346. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109346/>. Acesso em: 19 out 2022.

Bibliografia Complementar

GOMES, Emerson C. **Propósito organizacional e estratégias de comunicação interna**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. ISBN 9786589881704. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589881704/>. Acesso em: 19 out 2022.

KUNSCH, Margarida Maria K. **Comunicação Organizacional Vol.2**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502109261/>. Acesso em: 18 out. 2022.

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática**, 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2010. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484805/>. Acesso em: 19 out 2022.

TORQUATO, Gaudêncio. **Cultura, poder, comunicação, crise e imagem: Fundamentos das organizações do século XXI**. 2ª edição revista e ampliada.. Rio de Janeiro]: Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522113040/>. Acesso em: 18 out. 2022.

VELHO, Adriana G.; GUAZZELLI, Arianne; LARA, Caroline; QUINTANA, Tatiana; ASSUNÇÃO, Wagner. **Marketing público**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. E-book. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023314/>. Acesso em: 19 out 2022.

Disciplina: Relações Institucionais e Governamentais	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Compreender a evolução do RELGOv no Brasil e no Mundo. Diferenciar os conceitos de Lobby, Advocacy e Relações Institucionais e Governamentais. Entender os dilemas sobre a atividade de RELGOV no Brasil. Exemplos de práticas de Negociação Governamental entre os Poderes Legislativo e Executivo. Compreender o trabalho das assessorias parlamentares nos assuntos atinentes às competências da PRF. Entender como funcionam os Acordos de Cooperação Técnica no âmbito da PRF. Abordar as boas práticas da PRF no contexto internacional. Identificar pautas de interesse. Analisar aspectos da tramitação legislativa. Definir estratégias para aproximação e desenvolvimento. Definir riscos potenciais e específicos, enxergar possibilidades. Fluxo Processual.</p>	
Ementa	
<p>Contextualização das Relações Institucionais Governamentais. Articulação Legislativa. Articulação Institucional. Articulação Internacional. Prática de Negociação Governamental. Análise Processual e Assessoramento Técnico. Análise de Proposições Legislativas/Normativas.</p>	
Metodologia e Recursos Utilizados	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003</p>	

e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

AZOLIN, Audren Marlei. **Do Lobby às Relações Governamentais**: a profissionalização da representação de interesse no Brasil. 1ª edição, Curitiba: Intersaberes, 2020.

GALVÃO, Eduardo Ribeiro. **Fundamentos de Relações Governamentais**. 1ª edição, Brasília, DF: Clube de Autores, 2016.

PRALON, Wagner; GOZETTO, Andrea. **Lobby e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

Bibliografia Complementar

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda Costa D. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484478/>. Acesso em: 12 set. 2022.

FILHO, Wagner de Macedo Parente. **A Atividade de Relações Institucionais no Brasil**. São Paulo: Editoria Mercado e Idéias, 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento Governamental - Teoria - Sistema - Processo**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597019018/>. Acesso em: 12 set. 2022.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais**: teoria e história - 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201989/>. Acesso em: 12 set. 2022.

SELIGMAN, Milton; MELLO, Fernando (Org). **Lobby Desvendado - Democracia, Políticas Públicas e Corrupção no Brasil Contemporâneo**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

Módulo III - Linha Formativa: Gestão Operacional

Disciplina: Planejamento de Ações Operacionais	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Conhecer os níveis de planejamento de ações operacionais. Compreender os conceitos e características das ações de comando e controle. Desenvolver o planejamento de ações integradas com outros órgãos. Adquirir a fundamentação jurídica do poder de polícia e do cumprimento de medidas judiciais. Analisar as características do gerenciamento Integrado de Crises e Desastres.	
Ementa	
Planejamento Operacional. Planos Globais, Governamentais e Institucionais. Comando e Controle. Indicadores e Metas Institucionais. Governança de centros de comando e controle. Planejamento em Ações Integradas com outros Órgãos. Planejamento de Operações de Fronteiras. Poder de Polícia, Poder da Polícia e o Poder Discricionário do Policial. Cumprimento de Medidas Judiciais. Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns têm como	

objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei N.º 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm. Acesso em: 18 fev.2020.

BRASIL. Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm. Acesso em: 18 fev.2021.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Manual de Gestão Operacional**. 2ª Versão. Brasília. 2021.

Bibliografia Complementar

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. (Polícia e Sociedade, 1), São Paulo: Edusp, 2017.

BRASIL. Lei N.º 9.654, de 2 de junho de 1998. **Carreira de Policial Rodoviário Federal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9654.htm. Acesso em: 18 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. **Guia Metodológico de Indicadores**. Brasília, DF: MP, 2018. 3ª edição.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração, teoria, processo e prática**. São Paulo: Makron Books, 1994.

MONET, J-C. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001. (Polícia e Sociedade, 3).

Disciplina: Estratégias para o Controle do Crime

Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)

Obrigatória

Objetivos

Capacitar para a atuação nas atividades de atendimento, policiamento e fiscalização de

pessoas, veículos e cargas, rotineiras ou específicas, para o alcance dos objetivos institucionais, de forma técnica e eficaz por meio do uso otimizado dos equipamentos, sistemas e demais ferramentas operacionais, lastreados na transparência, respeito, integridade, profissionalismo e excelência.

Ementa

Atividades Operacionais na PRF. Organograma operacional da PRF. Denominação das rodovias federais e suas peculiaridades. Circunscrições administrativas das superintendências e das respectivas subunidades operacionais. Cadeia de comando operacional na Delegacia. Atribuições e rotinas do PRF em escala operacional.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Manuais tipo "M" da PRF** (M-002, M-003, M-004, M-005, M-006, M-007, M-008, M-009, M-010, M-012, M-013, M-015, M-016, M-023, M-026, M-032, M-051, M-090, M-091, M-092 e M-098).

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Manuais de Procedimentos Operacionais da PRF** (MPO-001, MPO-008, MPO-011, MPO-014, MPO-016, MPO-017, MPO-024, MPO-025, MPO-033, MPO-040, MPO-055, MPO-056, MPO-061 e MPO-062).

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Instrução de Serviço DIOP 20/2021** (Indicadores de

resultados e de esforço e metas).
Bibliografia Complementar
DIAS, Camila Caldeira D. Nunes. PCC hegemonia nas prisões e monopólio da violência . São Paulo: Saraiva, 2013.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo, Paz e Terra, 1997;
GANDIN, Danilo. Planejamento: Como Prática Educativa . São Paulo: Loyola, 2000.
HAYDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral . São Paulo: Ática, 2011.
MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que planejar? Como planejar?: currículo, área, aula . 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
SOUZA, Fátima. PCC, a facção . Rio de Janeiro: Record, 2007.

Disciplina: Segurança Viária	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Conhecer a história, a evolução e os processos que levaram o transporte rodoviário a ser o principal modal no Brasil. Entender conceitos básicos sobre logística, engenharia de tráfego e de infraestrutura rodoviária. Entender como o avanço de novas tecnologias aplicadas ao trânsito relacionadas à segurança veicular, à infraestrutura viária, à fiscalização do trânsito e ao socorro a acidentes, entre outros, vem transformando o cenário da segurança do trânsito. Conhecer quais soluções tecnológicas estão sendo utilizadas no Brasil e no mundo para melhorar a mobilidade, acessibilidade, sustentabilidade e a segurança no trânsito. Refletir sobre os desafios da implementação de novas tecnologias no trânsito para melhorar a mobilidade, acessibilidade, sustentabilidade e a segurança no trânsito. Saber o que é e para que serve a Psicologia do Trânsito. Conhecer a história da psicologia do trânsito no Brasil - de onde veio e para onde caminha. Entender a relação entre a psicopatologia aplicada ao comportamento no trânsito e as políticas públicas em segurança viária no Brasil. Identificar as diversas questões relacionadas ao comportamento no trânsito, dentre eles: o trânsito com um espaço de convivência social; a condição de ser pedestre; o bom comportamento no trânsito; estresse no trânsito; dentre outros. Conhecer planos e políticas públicas do Governo Federal voltadas à segurança viária. Entender os objetivos e o plano de ações do Projeto Nacional de Segurança Viária (PNSV - PRF). Conhecer as diretrizes da Década de Ação pela Segurança no Trânsito 2021-2030. Refletir sobre a relevância do campo "Esforço Legal" no Brasil para promoção da Segurança Viária. Conhecer as Câmaras Temáticas do CONTRAN e seus eixos de atuação. Refletir sobre a situação atual da acidentalidade no Brasil. Conhecer os conceitos de segurança viária "Visão Zero" e "Rodovias que Perdoam". Entender o impacto das condições da infraestrutura viária sobre a segurança no trânsito. Reconhecer a importância da coleta e análise dos dados dos acidentes de trânsito, em todas as fontes disponíveis para apontar ações preventivas capazes de prevenir acidentes ou abrandar suas consequências. Saber realizar estudos estatísticos e análise dos dados de acidentalidade para identificação de fatores de risco e planejamento de programas e ações preventivas. Identificar as Operações Temáticas relacionadas à área de fiscalização no âmbito da PRF (OTETRA, OTEVEL, OTEPAS, OTEPP, OTECI, OTEPED, OTEM). Identificar o funcionamento das ações e comandos educativos no âmbito da PRF. Conhecer o Projeto Educar PRF, o Projeto FETRA e a Operação Temática de Educação para o Trânsito (OTED). Entender a importância das intervenções em infraestrutura viária com destaque no conceito de rodovias que contribuem para a prevenção de acidentes de trânsito e proteção à vida. Compreender a metodologia aplicada pela PRF para realização de inspeções técnicas viárias. Entender como é realizada a Operação Temática de Diagnóstico de Pontos Críticos de Acidentalidade (Operação VITA) e</p>	

sua importância para o fomento de melhorias em infraestrutura viária para promoção da segurança no trânsito

Ementa

Engenharia de Infraestrutura e Transporte Rodoviário. Planejamento de Mobilidade Urbana. Acessibilidade e Sustentabilidade. Psicopatologia Aplicada ao Comportamento no Trânsito. Direito do Trânsito: Esforço legal. Ações Preventivas e Corretivas na Segurança Viária.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BRASIL, Ministério da Infraestrutura. Secretaria Nacional de Trânsito. **PNATRANS** - Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, 2021.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública - Polícia Rodoviária Federal. **Atlas da Década de Ações para Segurança Viária**, 2021.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública - Polícia Rodoviária Federal. **Manual de inspeção técnica viária**, 2021.

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública - Polícia Rodoviária Federal. **Manual de educação para o trânsito**, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Psicologia do Tráfego: **Características e desafios no contexto do Mercosul**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016.

FERRAZ, Antonio Clóvis Pinto "Coca" [et al.]. **Segurança Viária**. São Carlos, SP: Suprema Gráfica e Editora, 2012.

HOEL, Lester; GARBER, Nicholas; SADEK, Adel. **Engenharia de infraestrutura de transportes**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Leonardo. **Logística empresarial**. Londrina, PR: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

GOMES, Ricardo Almeida. **Transporte rodoviário de carga e desenvolvimento econômico no Brasil: uma análise descritiva**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2006.

LOPES, Nádia Lanny. **O desenvolvimento da indústria automobilística e o transporte rodoviário do Brasil no século XX**. Porto Alegre, RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MOREIRA, Marco Antônio L.; FREITAS JUNIOR, Moacir de; TOLOI, Rodrigo Carlo. **O transporte rodoviário no Brasil e suas deficiências**. São Paulo, SP: Revista FATEC Zona Sul, 2018.

VALENTE, Almir Mattar. **Sistemas de Transportes**. Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

Módulo III - Linha Formativa: Administração e Logística

Disciplina: Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Compreender os principais conceitos e suas aplicações. Distinguir modelos de orçamento existentes. Compreender a contabilidade no setor público. Entender a aplicação de custos e sua importância na administração pública. Compreender como se planeja uma proposta orçamentária. Entender as etapas da elaboração da Lei Orçamentária. Aprender como os órgãos executam o orçamento. Compreender as normas e os processos de controle dos gastos públicos. Conhecer os crimes financeiros na administração pública. Refletir sobre os mecanismos de melhoria dos gastos públicos	
Ementa	
Planejamento e Orçamento Públicos. Contabilidade e Custos. Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil. Auditoria, Controladoria e Compliance. Crimes financeiros na administração pública.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BERNARDONI, Doralice Lopes; CRUZ, June Alisson Westarb. **Planejamento e orçamento na administração pública**. Curitiba: InterSaberes, 2013. 164 p. (Gestão pública).

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual Técnico de Orçamento (MTO)**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/mto/doku.php/mto2022>. Acesso em: 22 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. Tesouro Nacional. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em: 22 dez. 2022.

LAMBOY, C. K.; RISEGATO, G. G. A. P.; COIMBRA, M. A. Introdução geral em Compliance e Programa de Compliance, 2017. In: Lamboy, Christian K. de. **Manual de compliance**. 1 ed. São Paulo: Instituto ARC, 2017.

PALUDO, A. V. **Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V. **Manual de Auditoria Governamental**. 1 ed. 4ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

CANDELORO, A. P. P. **Compliance: inovação estratégica para a sustentabilidade das organizações**. Disponível em: <https://www.revistari.com.br/187/890>. Acesso em 01 mar. 2019.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 10a ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMDIM, Fábio. **Administração Financeira e Orçamentária**. Brasília: Senado Federal/Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, 2004.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública: teoria e questões: estilo ESAF, UnB e outras bancas examinadoras / Sérgio Jund**. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 920p. – (Impetus provas e concursos).

RIBEIRO, A. **Corrupção e Controle na Administração Pública brasileira**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIGNOLI, Francisco Humberto; FUNCIA, Francisco Rózsa. **Planejamento e orçamento público**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2014. 66 p. (Gestão Pública). .

Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Entender as especificidades dos Contratos Administrativos. Refletir sobre a importância do planejamento das contratações públicas. Compreender como ocorre o processo de licitação que dá origem aos contratos de aquisição de bens e serviços comuns e especiais. Reconhecer as especificidades de contratos de serviços continuados. Conhecer peculiaridades das obras e serviços de engenharia. Fixar os conhecimentos sobre os tipos de contratações. Reconhecer aspectos importantes na formalização de um contrato administrativo que impactam na fiscalização e gestão de contratos. Identificar a correta aplicabilidade das possíveis alterações contratuais. Reconhecer as competências dos principais atores (Fiscais, Gestores e Prepostos). Conhecer falhas comuns na fiscalização de contratos e reconhecer boas práticas.</p>	
Ementa	
<p>Conceitos Gerais e Peculiaridades dos Contratos Públicos. Tipos de Contratações. Formalização dos Contratos Administrativos . Execução Contratual.</p>	
Metodologia e Recursos Utilizados	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>ALMEIDA, Ailjan Santos et al. Processo de licitação na administração pública: gestão e fiscalização de contratos administrativos. Editora Coleta Científica, p. 01-46, 2022.</p>	

BRASIL. Lei N.º 14.133, de 1 de abril de 2021. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 01 abr. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=613&pagina=1&data=01/04/2021&totalArquivos=26>. Acesso em: 23 de ago. de 2022.

BRASIL. Instrução Normativa N.º 40 de 22 de maio de 2020. **Estudos Técnicos Preliminares**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 26 mai. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/05/2020&jornal=515&pagina=15>. Acesso em: 12 set. de 2022.

Bibliografia Complementar

COSTA, Lúcia de Araújo; DINIZ, Robson da Costa. **Análise Crítica da Lei N.º 14133/2021**. Reflexões sobre a Nova Lei de Licitações, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22432>. Acesso em: 26 out. 2022.

IBRAOP. **Orientação Técnica OT - IBR - 02/2009**. Obra e Serviços de Engenharia. Disponível em: <https://www.ibraop.org.br/wp-content/uploads/2013/06/OT-IBR-02-2009-Ibraop-01-07-10.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

JUNIOR, Edilson Pereira Nobre. A invalidação dos contratos administrativos à luz da lei 14.133/2021: In: **Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas** (Brazilian Journal of Law Research), v. 2, n. 3, p. 7-35, 2021.

SANTOS, Jileiny da Silva. **Análise sobre os desafios impostos à governança das contratações, a partir da aprovação da Lei 14.133**: o caso do GAP-RJ. 2022. Tese de Doutorado.

SPITZCOVSKY, Celso. **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos**: principais diretrizes e mudanças. Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598032/>. Acesso em: 12 set. 2022.

Disciplina: Gestão Logística

Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)

Obrigatória

Objetivos

Conhecer conceitos afetos à cadeia logística. Capacitar os alunos para entender a gestão de frota de veículos e a gestão de diárias e passagens no âmbito da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar os alunos a planejarem operações logísticas envolvendo seus custos e desmobilização.

Ementa

Fundamentos da Logística. Logística Reversa e Responsabilidade Social. Gestão de Custos Logísticos. Contratações da Gestão de Frota - Manutenção e Abastecimento. Gestão de Concessão de Passagens.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos

que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

D'AGOSTO, Márcio. **Logística Sustentável - Vencendo o Desafio Contemporâneo da Cadeia de Suprimentos**. Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595153264/>. Acesso em: 31 out. 2022.

DOS BARCELLOS, Bruno M.; SANTOS, Elionai José; GIACOMELLI, Giancarlo; et al. **Gestão patrimonial e logística no setor público**. Grupo A, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021662/>. Acesso em: 31 out. 2022.

VALENTE, Amir M.; NOVAES, Antonio G.; PASSAGLIA, Eunice; VIEIRA, Heitor. **Gerenciamento de Transporte e Frotas**. Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522125159/>. Acesso em: 31 out. 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Instrução Normativa PRF N.º 40**, DE 28 DE MAIO DE 2021. (Uso e gestão de veículos oficiais no âmbito da Polícia Rodoviária Federal - PRF).

BRASIL. **Instrução Normativa PRF N.º 108**, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017. (Procedimentos para execução das despesas com viagens a serviço, diárias, passagens e locomoção, no âmbito da Polícia Rodoviária Federal – PRF).

BRASIL. **Tutorial Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)**. Disponível em: <https://www2.scdp.gov.br/tutoriais/scdp/html/> Acesso em: 31 out. 2022.

CAIXETA-FILHO, José V.; MARTINS, Ricardo S. **Gestão Logística do Transporte de Cargas**. Grupo GEN, 2002. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522494637/>. Acesso em: 31 out. 2022.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais - Uma Abordagem Logística**. Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022100/>. Acesso em: 31 out. 2022.

LEITE, Paulo R. **Logística reversa**. Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215064/>. Acesso em: 31 out. 2022.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018080/>. Acesso em: 31 out. 2022.

NOGUEIRA, Amarildo de S. **Logística Empresarial**, 2ª edição. Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597015553/>. Acesso em: 31 out. 2022.

VALLE, Rogério; SOUZA, Ricardo Gabbay D. **Logística reversa: processo a processo**. Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486359/>. Acesso em: 31 out. 2022.

Disciplina: Gestão de Materiais	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Conhecer as normativas afetas à gestão patrimonial de bens móveis e de estoque. Capacitar os alunos a gerir o bem público, observando toda a vida útil dos materiais de estoque e de bens de consumo, desde o seu recebimento e aceite até o seu desfazimento. Entender conceitos como saneamento do acervo patrimonial do órgão, racionalização de uso dos bens e otimização do planejamento e controle dos ativos patrimoniais.	
Ementa	
Gestão de Estoques e Armazenagem. Gestão Patrimonial de bens móveis. Classificação de Materiais. Inventário e Desfazimento de Bens.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se	

tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

DOS BARCELLOS, Bruno M.; SANTOS, Elionai José; GIACOMELLI, Giancarlo; et al. **Gestão patrimonial e logística no setor público**. Grupo A, 2017. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595021662/>. Acesso em: 31 out. 2022.

GONÇALVES, Paulo S. **Administração de Materiais**. Grupo GEN, 2020. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595157132/>. Acesso em: 31 out. 2022.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais - Uma Abordagem Logística**, 7ª edição. Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597004427/>. Acesso em: 31 out. 2022.

Bibliografia Complementar

BRASIL. TESOURO NACIONAL. **Manual de contabilidade aplicado ao setor público**. 9ª edição, 2021. Disponível em: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484. Acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa SEDAP N.º 205**, DE 08 DE ABRIL DE 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-205-de-08-de-abril-de-1988>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL. **Decreto N.º 9.373**, DE 11 DE MAIO DE 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9373.htm. Acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL. **Decreto N.º 9.764**, DE 11 DE ABRIL DE 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9764.htm. Acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Instrução Normativa N.º 11 DE NOVEMBRO DE 2018**. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-11-de-29-de-novembro-de-2018>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria N.º 90**, DE 18 DE MARÇO DE 2022. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-90-de-18-de-marco-de-2022-387157683>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

CAVALCANTE, Luis Felipe de O. **Administração Patrimonial**. Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522123506/>. Acesso em: 31 out. 2022.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais - Uma Abordagem Logística**. Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022100/>. Acesso em: 31 out. 2022.

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : princípios, conceitos e gestão, 6ª edição. Grupo GEN, 2009. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522481712/ . Acesso em: 31 out. 2022.
CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Materiais : Uma Abordagem Introdutória. Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772889/ . Acesso em: 31 out. 2022.
GURGEL, Floriano do A.; FRANCISCHINI, Paulino G. Administração dos materiais e do Patrimônio . Cengage Learning Brasil, 2013. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522129393/ . Acesso em: 31 out. 2022.

Módulo III - Linha Formativa: Inteligência

Disciplina: Inteligência Policial	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Reconhecer a história e consolidação normativa da atividade de inteligência. Conhecer estratégia, política e subsistema de inteligência de Segurança Pública. Compreender as ações de contrainteligência na atividade policial. Conhecer as ações de Inteligência que visam armazenamento, proteção e disponibilidade de conhecimento. Conhecer o ciclo de inteligência e metodologia da produção do conhecimento. Compreender a importância do policiamento orientado pela Inteligência.	
Ementa	
Fundamentos teóricos para a inteligência. Inteligência competitiva e contrainteligência corporativa. Cybersecurity e Segurança da Informação. Inteligência e tecnologia da informação. Ciclo de inteligência e metodologia da produção do conhecimento. Gestão integrada em inteligência.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.	

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Conselho Consultivo do Sisbin. **Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília, 2016.

CEPIK, Marco. **Regime Político e Sistema de Inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como desafios institucionais**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial**. Brasília: Fortium, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Resolução SENASP Nº 1**: Regulamenta o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP, e dá outras providências. Diário Oficial, de 15 de julho de 2009.

CRUMPTON, Henry A. **A arte da Inteligência**. Barueri/SP: Novo Século, 2013.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Políticos e espões: o controle da atividade de inteligência**. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

ABNT. **Gestão de Riscos – Princípios e diretrizes. NBR ISO 31000**. Associação Brasileira de Normas Técnicas. 2009.

WENDT, Emerson. **Inteligência de Segurança Pública e DNISP – Aspectos iniciais**. 2010. Disponível em: <http://www.inteligenciapolicial.com.br/2010/03/inteligencia-de-seguranca-publica-e.html>. Acesso em 01 set. 2022.

Disciplina: Questões Emergentes em Segurança Pública	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Compreender as questões emergentes de segurança pública e seu impacto na atividade de inteligência. Conhecer as principais organizações criminosas do Brasil. Entender a atuação da atividade de Inteligência da PRF no enfrentamento às organizações criminosas e no combate ao narcotráfico. Conhecer o fenômeno do terrorismo e seus impactos e a atuação da PRF. Compreender a atuação da Inteligência da PRF no enfrentamento dos crimes digitais.	
Ementa	
Organizações criminosas. Narcotráfico. Terrorismo. Crimes Digitais. A atuação da Atividade de Inteligência da PRF no enfrentamento das questões emergentes de Segurança pública.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse	

processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA.. **Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência: fundamentos doutrinários**. Brasília: Abin, 2016.

BRASIL. **Lei N.º 9883**, de 09 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9883.htm. Acesso em: 08 de set, 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei N.º 3.695**, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 06 de ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei N.º 7845**, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm. Acesso em: 08 de set. 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**, 4ª edição, 2016.

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. São Paulo: Editora Record, 2005.

GUEDES, Luis Carlos. **A mãe das Inteligências**. Revista Brasileira de Inteligência, [s. l], v. 2, n. 2,

p. 21-35, 1 abr. 2006.

JORDAN, Javier. **Introducción a la Inteligencia en el ámbito de Seguridad y Defensa**. Global Strategy, 2016. Disponível em: <https://global-strategy.org/introduccion-a-la-inteligencia-seguridad-y-defensa/>. Acesso em: 08 de set. 2022.

KENT, Sherman. **Informações Estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967.

PLATT, Washington. **A produção de informações estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.

SANTOS, Layla. **Inteligência e Segurança Pública**. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2020.

Disciplina: Perspectivas de Futuro na Inteligência Policial	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Conhecer os conceitos sobre contrainteligência e seus principais ativos de proteção. Reconhecer a importância da Cibernética no contexto da atividade de inteligência policial. Conhecer as principais vulnerabilidades que o mundo conectado pode gerar para a Instituição policial e seus integrantes. Identificar os principais crimes cibernéticos e suas contramedidas. Identificar a relevância de ações e Operações de Inteligência na produção de conhecimento no contexto do mundo digital. Conhecer os fundamentos e técnicas que envolvem uma ação de busca e operação de inteligência. Praticar o planejamento de Operação de Inteligência, considerando o uso de técnicas e ações de busca.	
Ementa	
Contrainteligência e proteção do estado, organizações e indivíduos. Cibernética e crimes cibernéticos. Ações e operações de inteligência. Prática em inteligência policial.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada	

pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Conselho Consultivo do Sisbin. **Manual de inteligência: doutrina nacional de inteligência**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei N.º 9883**, de 09 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19883.htm. Acesso em: 08 de set. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei N.º 3.695**, de 21 de dezembro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 06 de ago. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei N.º 7845**, de 14 de novembro de 2012. Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7845.htm. Acesso em: 08 de set. 2022.

CEPIK, Marco. **Regime Político e Sistema de Inteligência no Brasil: legitimidade e efetividade como Desafios institucionais**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no 1, 2005, pp. 67 a 11.

FERRO JÚNIOR, Celso Moreira. **A Inteligência e a Gestão da Informação Policial**. Brasília: Fortium, 2008.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**, 4ª edição, 2016.

Bibliografia Complementar

BRASIL. **Resolução SENASP nº 1**, de 15 de julho de 2009. Regulamenta o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública – SISP, e dá outras providências.

CRUMPTON, Henry A. **A arte da Inteligência**. Barueri/SP: Novo Século, 2013.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. São Paulo: Editora Record, 2005.

GONÇALVES, Joanival Brito. **Políticos e espiões: o controle da atividade de inteligência**. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

SANTOS, Marco Antonio dos. **Uso da tecnologia pela inteligência**. Brasília, DF. 2008.

WENDT, Emerson. **Inteligência de Segurança Pública e DNISP – Aspectos iniciais**. 2010. Disponível em: <http://www.inteligenciapolicial.com.br/2010/03/inteligencia-de-seguranca-publica-e.html>.

Acesso em 01 set. 2022.

WENDT, Emerson. **O que é inteligência policial – Discutindo um conceito**. 2013. Disponível em: <http://www.inteligenciapolicial.com.br/2011/03/artigo-que-e-inteligencia-policial.html>.

Acesso em 03 set. 2022.

Módulo III - Linha Formativa: Corregedoria

Disciplina: Fundamentos do Conhecimento Jurídico Aplicado à Segurança Pública

Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)

Obrigatória

Objetivos
<p>Refletir sobre o construto da justiça sob a ótica da ordem pública e no contexto da PRF. Refletir sobre legislações relacionadas ao Processo Administrativo Disciplinar Federal no âmbito da PRF. Adquirir competências e habilidades para compreender o Direito Penal no panorama do Direito pátrio e sob a ótica dos princípios fundamentais e garantias individuais consagradas na Constituição Federal. Proporcionar a visualização das normas processuais penais e suas implicações no universo jurídico, permeado pela apreciação de casos práticos, a compreensão acerca do processo penal na elucidação e combate efetivo e justo à criminalidade. Refletir acerca da sociedade e das condutas criminosas, a partir da perspectiva da evolução da tecnologia e informática. Conhecer aspectos relacionados ao conceito de políticas públicas e sua funcionalidade, na perspectiva da segurança pública e atuação da polícia. Promover a reflexão sobre a Administração Pública e as ações preventivas de correição.</p>
Ementa
<p>Noções gerais do direito constitucional. Direito administrativo disciplinar. Direito penal. Direito processual penal. Direito penal cibernético. Legislações especiais aplicáveis à segurança pública. Ações correicionais de natureza preventiva.</p>
Metodologia e Recursos Utilizados
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.</p>
Avaliação da Aprendizagem
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.</p>

Bibliografia Básica
<p>BORGES FILHO, Nilson. Estado de violência. In: Teoria do Direito e do Estado. Porto Alegre: Fabris Editor, 1994.</p> <p>BUORO, Andréa Bueno et al. Violência Urbana: dilema e desafios. São Paulo: Atual, 1999.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2014.</p> <p>SILVA, Jorge. Segurança Pública e Polícia: Criminologia Crítica Aplicada. Rio de Janeiro: Forense, 2003.</p>
Bibliografia Complementar
<p>ALMEIDA, Guilherme Assis D. Direitos Humanos e Não-violência, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2015. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597000467/. Acesso em: 19 out 2022.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Rodoviária Federal. Manual de Gestão Operacional - PORTARIA DIOP/PRF N.º 113. Brasília, DF, 2021.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Rodoviária Federal. Manual de Acompanhamento Tático, Cerco e Bloqueio - PORTARIA N.º 35/2020/DIOP. Brasília, DF, 2020.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Rodoviária Federal. Manual de Procedimentos de Patrulhamento Tático - PORTARIA DIOP N.º 44. Brasília, DF, 2022.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Rodoviária Federal. Manual de Resposta às Pessoas em Crise de Saúde Mental - PORTARIA DIOP/PRF N.º 196. Brasília, DF, 2022.</p> <p>BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Rodoviária Federal. Manual de Atendimento de Acidentes de Trânsito. Brasília, DF, 2021.</p> <p>LENZA, Pedro. Esquematizado - Direito Constitucional. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553621596. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621596/. Acesso em: 19 out 2022.</p> <p>MATTOS, Mauro Roberto Gomes D. Tratado de Direito Administrativo Disciplinar, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2010. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-5609-7/. Acesso em: 19 out 2022.</p>

Disciplina: Procedimentos Administrativos Disciplinares	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Discutir sobre a legislação referente ao processo administrativo disciplinar. Descrever os princípios balizadores do processo disciplinar. Diferenciar processo administrativo de rito sumário e processo administrativo de rito ordinário. Descrever sindicância acusatória. Constituir provas em processo administrativo simulado. Formular meios de comunicação dos atos processuais. Definir advertência e suspensão. Refletir sobre penalidades capitais e outros procedimentos. Analisar prescrição e prazos em estudo de caso. Definir tipos de nulidade. Definir termo de ajustamento de conduta.</p>	
Ementa	
<p>Procedimentos Disciplinares. Juízo de admissibilidade. Condução do processo disciplinar. Enquadramento e sanções disciplinares. Indiciamento e relatório final. Prescrição e termo de ajustamento de conduta.</p>	
Metodologia e Recursos Utilizados	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse</p>	

processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BACELAR FILHO, Romeu Felipe. **Processo administrativo disciplinar**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm. Acesso em: 26 out. 2022.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. **Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância**: à luz da jurisprudência e dos tribunais e da casuística da administração pública. 6ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO; CORREGEDORIA-GERAL DA UNIÃO. **Manual de Processo Administrativo Disciplinar**. Brasília, maio de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/correg/arquivos/publicacoes/manual-teorico-de-processo-administrativo-disciplinar.pdf>. Acesso em 11 set. 2022.

Bibliografia Complementar

AMORIM JUNIOR. Silvio Roberto Oliveira de. **Improbidade Administrativa**: procedimento,

sanções e aplicação racional. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

ARAGÃO, Alexandre Santos de; MARQUES NETO, Floriano de Azevedo (coord.). **Direito Administrativo e seus paradigmas**. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

BARBOSA, Ronaldo David Viana; BARBOSA; Reinaldo Denis Viana. Prescrição em matéria disciplinar. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**. v. 5. n. 1. p. 20-39. Jan-Jun. 2019. Goiânia. e-ISSN: 2526-0073. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdagp/article/view/5610/pdf>. Acesso em 13 set. 2022.

BECHARA, Fábio Ramazzini; FLORÊNCIO FILHO, Marco Aurélio. (coords.) **Abuso de Autoridade**: Reflexões sobre a Lei 13.869/2019. São Paulo: Almedina, 2020.

BRASIL. **Lei N.º 8.429**, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm> Acesso em: 11 set. de 2022.

BRASIL. **Lei N.º 9.784**, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm> Acesso em: 11 set. de 2022.

BRASIL. **Lei N.º 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 11 set. de 2022.

BRASIL. **Lei N.º 12.813**, de 16 de maio de 2013. Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12813.htm> Acesso em: 11 set. de 2022.

BRASIL. **Lei N.º 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 11 set. de 2022.

BRASIL. **Decreto N.º 5.480**, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5480.htm> Acesso em: 11 set. de 2022.

CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. **Penas máximas no processo administrativo disciplinar**: uma visão neoconstitucionalista do poder vinculado da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

CHAVEIRO, Joneval Junio. O princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa no processo administrativo disciplinar. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 411-440, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/86875>>. Acesso em: 13 set. 2022.

COUTO, Reinaldo. **Curso prático de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância**. São Paulo: Atlas, 2014.

DEZAN, Sandro Lúcio. As fronteiras cognitivas do ato de indiciamento no processo disciplinar: breves notas sobre o caráter objetivo, limitado e não exauriente dessa específica fase de valoração jurídica. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 239-254, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/120456>. Acesso em: 13 set. 2022.

LOPES, Alexandre dos Santos. Fontes do Direito: abordagem à luz do Direito Processual Disciplinar. **Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública**. Brasília. v. 2. n. 1. p. 204-226.

jan-jun. 2016. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/rdagp/article/view/660/pdf>> Acesso em 13 set. 2022.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Necessidade de justa causa para a instauração de processo administrativo disciplinar. **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 231, p. 117–128, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45822>. Acesso em: 13 set. 2022.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção; OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Comentários à Reforma da Lei de Improbidade Administrativa**. São Paulo: Forense, 2021.

PEREIRA, Alisson Barbosa Calasãs, CABRAL, Sandro e REIS, Paulo Ricardo da Costa. Accountability interna em forças policiais: explorando os fatores associados ao desempenho de uma corregedoria de polícia militar. **Revista Organizações & Sociedade** [online]. 2020, v. 27, n. 92. Epub. 20 Maio 2020. p. 35-52. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9270922>> Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, Luciano Loiola da. **Processo disciplinar autocompositivo: o emprego das práticas restaurativas no âmbito do processo administrativo disciplinar**. Brasília: Ultima Ratio, 2019.

Disciplina: Instrumentos e Diretrizes para Ações de Correição	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Entender a Lei de Acesso à Informação. Refletir sobre a importância da Lei Geral de Proteção de Dados. Assimilar os fundamentos da Ouvidoria Pública e seu papel na comunicação entre o cidadão e Ministério Público. Refletir sobre a autonomia da Ouvidoria Pública e o papel do Ouvidor. Compreender a gestão de crises como um conjunto de procedimentos que estruturam uma estratégia de ação. Adquirir competências para o desenvolvimento de estratégias para gestão de crises. Conceituar Ética Pública. Compreender o tema do combate à corrupção no contexto brasileiro. Compreender a CGU como órgão de controle interno do Governo Federal. Aprender a dimensão da defesa do patrimônio público como objetivo central da CGU. Definir as funções da CGU na supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição e das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.	
Ementa	
Acesso à Informação e Proteção de Dados. Introdução à Ouvidoria Pública. Gestão de Crises, Negociação e Resolução de Conflitos. Combate à Corrupção. Experiências Internacionais de Ouvidorias Públicas. Controladoria Geral da União.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o	

alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

GARCIA, Lara Rocha; AGUILERA-FERNANDES, Edson; GONÇALVES, Rafael Augusto Moreno. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):** guia de implantação. São Paulo: Editora Blucher, 2020. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/183221>

HUNGARO, Luis Alberto. **Instrumentos de transparência pública.** São Paulo: Editora Contentus, 2020. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191653>. Acesso em: 22 dez. 2022.

SOBRINHO, Ricardo Kleine de Maria. **Introdução aos aspectos jurídicos da administração pública.** São Paulo: Editora Intersaberes, 2020. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186485>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Raquel Santos de. **Um estudo de direito comparado sobre as Defensorías del Pueblo da Argentina, Bolívia e Colômbia: por que não importar para o Brasil?** INTER: Revista de Direito Internacional e Direitos Humanos da UFRJ. 2019, v. 2, n. 1. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/view/25782>. Acesso em: 22 dez. 2022

BENTO, Leonardo Valles. Critérios de ponderação entre o direito de acesso a informações públicas e o direito à proteção de dados pessoais: lições a partir do modelo espanhol. **Revista da CGU**, vol. 12, n. 22, jul.-dez. 2020. Disponível em https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/173. Acesso em: 22 dez. 2022.

BIONI, Bruno Ricardo; SILVA, Paula Guedes Fernandes da; MARTINS, Pedro Bastos Lobo. Intersecções e relações entre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Acesso à Informação (LAI): análise contextual pela lente do direito de acesso. **Coletânea de artigos da pós-graduação em ouvidoria pública.** Disponível em https://revista.cgu.gov.br/Cadernos_CGU/article/view/504. Acesso em: 22 dez. 2022.

Controladoria-Geral da União. **Plano de Integridade CGU.** Brasília, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/programa-de-integridade-da-cgu>. Acesso em: 22 dez. 2022.

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - Ouvidoria-Geral da União. **Ferramentas de resolução de conflitos para as ouvidorias públicas.** Disponível em <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/29799> Acesso em: 22 dez. 2022..

REIS, Nazareno César Moreira; FURTADO, Gabriel Rocha. Decisões automatizadas: definição,

benefícios e riscos. **Civilistica.com**. Rio de Janeiro, a. 11, n. 2, 2022. Disponível em: <https://civilistica.com/deciso-es-automatizadas/>. Acesso em: 22 dez. 2022. Transparência Brasil. **LGPD**: reforço a respostas negativas - análise de respostas indica os usos da LGPD em negativas de acesso a informações pelo Governo Federal. Disponível em https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/lgpd_reforco_respostas_negativas_dez_2021.pdf. Acesso em: 22 dez. 2022.

Módulo III - Linha Formativa: Gestão de Pessoas

Disciplina: Gestão de Pessoas II	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Contextualizar a importância da criatividade e da inovação no processo de desenvolvimento organizacional. Reconhecer o desenvolvimento organizacional a partir das mudanças no comportamento das pessoas. Definir a Gestão estratégica no Gerenciamento de Pessoas. Compreender as técnicas de administração de conflitos e negociação. Refletir sobre métodos de negociação baseado em interesses. Reconhecer os principais aspectos da Gestão de Pessoas e Sustentabilidade. Entender sobre o papel dos líderes rumo à sustentabilidade.	
Ementa	
Gestão de Pessoas: Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Visão Estratégica no Gerenciamento de Pessoas. Administração de Conflitos e Negociação. Sustentabilidade em Gestão de Pessoas. Tendências da Gestão de Pessoas na Contemporaneidade. Alinhamento dos Interesses Públicos aos Individuais.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade,	

conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

CORDEIRO, Léia. **Gestão Estratégica de Pessoas**. 1.ed. rev. Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2012.
 LALOUX, Frederic. **Reinventando as organizações**: um guia para criar organizações inspiradas no próximo estágio da consciência humana; tradutora Isabella Bertelli. - Curitiba : Voo, 2017.
 OLIVEIRA, Luciano Oliveira de. **Gestão estratégica de recursos humanos**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2017.
 ROBBINS, Stephen; JUDGE, Timothy A. ; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**. Tradução Rita de Cássia Gomes. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar

ALBERTON, V.; D OLIVEIRA, S. L. D.; FREITAS, C. C. G. **Terceiro setor e sustentabilidade: projeto jovens rurais em movimento**. In: SILVEIRA, J. H. P. (Org.) **Sustentabilidade e responsabilidade social - artigos brasileiros**. Belo Horizonte: Poisson, 2017. p.116- 125
 ALBUQUERQUE, L. **O Papel Estratégico de RH**. São Paulo, 1988. Tese (Livre Docência), FEA, USP.
 NASCIMENTO, E. M.; SAYED, K. M. el. **Administração de Conflitos**. Curitiba – Associação Franciscana de Ensino Superior Bom Jesus, 2002.
 COHEN, Allan R. (Org). **Comportamento Organizacional: conceitos e estudos de caso**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
 JABBOUR, C. J. C.; SANTOS, F. C. A. Desenvolvimento de produtos sustentáveis: o papel da gestão de pessoas. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p. 283- 307, 2007.

Disciplina: Gestão do Conhecimento e Educação Corporativa	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Reconhecer a origem do termo Educação Corporativa. Identificar as diferenças entre Universidade corporativa e Universidade. Reconhecer o conceito de governança de aprendizagem e sua estrutura na PRF. Identificar as áreas responsáveis pela governança da aprendizagem na PRF. Compreender o processo de produção e gestão do conhecimento e a sua importância institucional.	
Ementa	
Educação corporativa. Governança da aprendizagem e do conhecimento. Gestão do conhecimento. Abordagem de desenvolvimento de competências.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos	

que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

COMPETITIVA E GESTÃO DO CONHECIMENTO, 3., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2002.
CONTE, Daniela. **Educação corporativa e gestão do conhecimento**. São Paulo: Senac, 2020.
COZER, Lília Barbosa. **Gestão do conhecimento: conceitos e metodologia de implantação**. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA COMPETITIVA E GESTÃO DO CONHECIMENTO, 3ª edição. São Paulo: 2002.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Competências essenciais de liderança para o setor público brasileiro**. Brasília: Enap, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5715>> Acesso em 12 set. 2022.

KAKABADSE, Nada K.; KAKABADSE, Andrew; KOUZMIN, Alexander. **Reviewing the Knowledge management: towards a taxonomy**. Journal of Knowledge Management, vol. 7, n. 4, p. 75-91, 2003, doi:<http://dx.doi.org/10.1108/13673270310492967> Acesso em 13 set. 2022.

RIZZATTI, G.; FREIRE, P. de Sá. **Mecanismos da governança da aprendizagem organizacional**. In: **E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**. Florianópolis, v. 13, n. 1, 2020, p. 71-86.

Bibliografia Complementar

ABNT. **NBR ISO 9000: sistemas de gestão da qualidade – fundamentos e vocabulário**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ALVARENGA NETO, Rivadavia C. Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. **Plano Estratégico 2021-2028**. Disponível em: <https://www.gov.br/prf/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-estrategico>. Acesso em 10 set. 2022.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Competências transversais de um setor público de alto desempenho**. Brasília: Enap, 2020. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/5663>. Acesso em: 12 set. 2022.

RIZZATTI, G.; FREIRE, P. de Sá. Governança da aprendizagem (GovA): o estado da arte sobre o termo. In: **Revista ESPACIOS**, v 41, N.º 03, Ano 2020. p. 16-30.

Disciplina: Legislação de Pessoal Aplicada à PRF	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Entender as formas de admissão no serviço público e na PRF. Compreender a importância de uma boa distribuição de efetivo. Diferenciar as diversas formas de vacância. Entender o processo de estágio probatório e de desenvolvimento individual. Conhecer os critérios de progressão e promoção funcional. Conhecer a legislação pertinente em relação à Jornada de trabalho, bem como controle de frequência, banco de horas, afastamentos, licenças e remoção. Conhecer o ciclo de gestão da PRF e as diferenças entre função comissionada e função por incumbência. Entender o fluxo processual entre as unidades da PRF e o Sistema Eletrônico de Informações.	
Ementa	
Admissão, lotação, vacância, remuneração e desenvolvimento de pessoal. Jornada de trabalho, banco de horas, afastamentos e licenças. Remoção de servidores, designação de funções comissionadas, gratificadas e por incumbência. Instrução e Fluxo Processual.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.	
Avaliação da Aprendizagem	
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.	
Bibliografia Básica	
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.	

Senado Federal. Brasília, DF. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF, 12 dez. 1990. Republicado em 18.03.1998.

BRASIL. **Lei nº 9.654**, de 2 de junho de 1998. Carreira de Policial Rodoviário Federal. Brasília, DF, 3 jun. 1998. Retificado em 04.06.1998.

BRASIL. **Lei nº 11.784**, de 22 de novembro de 2008. Reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo. Brasília, DF, 23 set. 2008. Retificado em 31.10.2008.

BRASIL. Ministério da Justiça. Polícia Rodoviária Federal. **Estatuto dos servidores públicos aplicado à Polícia Rodoviária Federal**. Brasília. 2009.

BRASIL. **Lei nº 14.204**, de 16 de setembro de 2021. Simplifica a gestão de cargos em comissão e funções do Poder Executivo. Brasília, DF, 17 set. 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Instrução Normativa N.º 2**, de 12 de setembro de 2018. Critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, quanto à jornada de trabalho e controle de frequência. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Nota Técnica nº 19663**, de 12 de setembro de 2018. Jornada de trabalho. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Nota Técnica nº 2077**, de 11 de janeiro de 2017. Compensação de horário nas ocorrências de faltas consideradas justificadas. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Nota Técnica nº 177**, de 28 de novembro de 2014. Desconto de faltas injustificadas. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Nota Técnica Conjunta nº 9**, de 11 de junho de 2015. Declaração/atestado de comparecimento. Brasília, DF.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal**. 3ª edição. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Instrução Normativa nº 75/2021**. Dispõe sobre remoção de Ofício na PRF. Brasília, DF. 2022.

BRASIL. Polícia Rodoviária Federal. **Portaria nº 91/2022-DGP**. Institui o novo sistema de frequência. Brasília, DF. 2022.

Disciplina: Projetos de Gestão de Pessoas na PRF	
Carga Horária: 26 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Planejar e utilizar metodologias para Projetos de Gestão de Pessoas na PRF, voltados à saúde integral do servidor.	
Ementa	
Saúde integral do Servidor. Saúde mental e emocional no contexto da PRF. Projeto de Vida. Educação financeira para a aposentadoria e no contexto da saúde integral	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta	

de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

AYELEN GOMEZ, Victoria et al. **Saúde na Segurança Pública**. 1. ed. v. 1. Brasília/DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2022. 286 p.

COLASANTE SALGADO, Márcia Regina. **Saúde Integral: Uma Interação entre Ciência e Espiritualidade**. 1. ed. v. 1. [S. I.]: AME-BRASIL, 2022. 480 p. MINAYO, MCS., SOUZA, ER., and CONSTANTINO, P., coords. **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008. 328 p.

ZANELLI, José Carlos et al. **Orientação para Aposentadoria nas Organizações de Trabalho: Construção de Projetos para o Pós-Carreira**. 1. ed. v. 1. [S. I.]: Artmed, 2010. 144 p.

Bibliografia Complementar

MANETTI, Marcela Luísa; PALUCCI MARZIALE, Maria Helena. **Fatores associados à depressão relacionada ao trabalho de enfermagem**. Estudos de Psicologia, Ribeirão Preto/SP, v. 1, n. 1, 8 set. 2022. 12, p. 79-85.

MIRANDA, DAYSE et al. **Por que policiais se matam?: diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na Polícia Militar do Estado do Rio De Janeiro**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro/RJ: CIP-BRASIL. Catalogação Na Publicação Sindicato Nacional Dos Editores De Livros, RJ, 2016. 182 p.

NICOLETTI, Andrelise Maria. Saúde Ocupacional: Reflexões necessárias para o Policial Rodoviário Federal. **Brazilian Journal of Health Review**. Curitiba, v. 4, n. 2, ed. 1, p. 9192-9200, 22 abr. 2021. SOARES, D. H. P., COSTA, A. B., ROSA, A. M. & OLIVEIRA, M. L. S. Aposenta-ção: programa de preparação para aposentadoria. **Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento**. 2007.

SOUZA, Beatriz Silva Rodrigues de, et al. Avaliação nutricional e nível de atividade física de policiais militares do município de São Paulo. **EFDeportes.com**, Revista Digital., Buenos Aires,

ano 17, v. 1, n. 175, p. 1, 1 dez. 2012.

TADDEI, José Augusto et al. **Nutrição em Saúde Pública**. 2. ed. v. 1. [S. l.]: Editora Rubio, 2016. 560 p.

Módulo III - Linha Formativa: Tecnologia da Informação e Comunicação

Disciplina: Gestão da Informação e Comunicação	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Compreender o uso dos recursos de TIC como ferramentas performáticas à atividade de segurança pública.	
Ementa	
Sistemas de informação. Automação de processos. Segurança da informação. Gestão de redes de computadores. Conectividade. Business Analytics e Big Data.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.</p> <p>Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.</p> <p>Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.</p>	
Bibliografia Básica	
ASSUNÇÃO, M.A. & MENDES, P.J.V. Mudança e Gestão de Processo em Organização Pública – Painel: Gestão Estratégica para Excelência Organizacional de Órgãos Públicos. V Congresso	

Internacional do CLAD. Sto Domingo. República Dominicana, 24-27 out. 2000.
 POCHIRAJU, Bhimasankaram; SESHADRI, Sridhar (Ed.). **Essentials of Business Analytics: An Introduction to the Methodology and its Applications.** Springer, 2019.
 SOARES, Luiz F.; LEMOS, Guido e COLCHER, Sérgio. **Redes de Computadores: Das LANs, MANs e WANs às Redes ATM.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed.Campus,1995.

Bibliografia Complementar

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas.** Tradução de Francisco M. Guimarães. 3ª edição, Petrópolis. Vozes, 1977.
 KEMP, Grant; WHITE, Gerry. **Google Data Studio for Beginners: Start Making Your Data Actionable.** Apress, 2021.
 TANENBAUM, Andrew. S. **Redes de computadores.** Editora Campus, 5ª edição.
 VANDERPLAS, Jake. **Python data science handbook: Essential tools for working with data.** "O'Reilly Media, Inc.", 2016.
 WICKHAM, Hadley; GROLEMUND, Garrett. **R for data science: import, tidy, transform, visualize, and model data.** " O'Reilly Media, Inc.", 2016.

Disciplina: Comunicação Digital	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Conhecer os princípios básicos da Gestão da Tecnologia da Informação. Compreender os conceitos básicos da Governança de TIC e Transformação Digital. Entender a relação entre Governança de TIC e Transformação Digital. Entender o contexto de utilização da Comunicação Digital nas Instituições Públicas. Identificar métodos e ferramentas práticas para a inovação. Conhecer o funcionamento do método de Design Thinking. Conhecer o conceito de gamificação e a sua aplicação no contexto das mídias digitais. Entender o contexto de utilização de Novas Mídias e Novas Tecnologias em relação a comunicação digital.</p>	
Ementa	
<p>Comunicação digital para instituições públicas. Governança e transformação digital. Novas mídias e novas tecnologias. Gestão em tecnologia da informação. Ferramentas práticas para a inovação. Gamificação e mídias digitais.</p>	
Metodologia e Recursos Utilizados	
<p>A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.</p>	
Avaliação da Aprendizagem	
<p>A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos.</p>	

As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.ºo 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BUSARELLO, Raul Inácio. **Gamification**: princípios e estratégias. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016. 126p. ISBN: 978-85-66832-37-2. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4455428/mod_resource/content/1/Gamification.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede**: do conhecimento à ação política; Conferência. Belém (Por): Imprensa Nacional, 2005 Disponível em: <http://labds.eci.ufmg.br:8080/bitstream/123456789/62/1/CASTELLS%3B%20CARDOSO.%20Sociedade%20em%20rede.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

LEMONS, André. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2020.

MANOVICH, Lev. **Software takes command**. Disponível em: http://softwarestudies.com/softbook/manovich_softbook_11_20_2018.pdf, 2018.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2019. Acesso em: 26 out. 2022.

Bibliografia Complementar

ASSANGE, Julian et al. **Cypherpunks**: Liberdade e o futuro da internet. São Paulo: Boitempo, 2019.

BURDICK et al. **Digital Humanities**. Cambridge, Massachussets: The MIT Press, 2012. Disponível em: https://mitpress.mit.edu/sites/default/files/titles/content/9780262018470_Open_Access_Edition.pdf. Acesso em: 26 out. 2022.

GOSCIOLA, Vicente. **Roteiro para as novas mídias**: do cinema às mídias interativas. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016.

MACHADO, Arlindo. **Modos de enunciação no cinema e no ciberespaço**. São Paulo: Paulus, 2012.

MANOVICH, L. **The language of New Media**. London and Cambridge: MIT Press, 2001. In: <http://faculty.georgetown.edu/irvinem/theory/Manovich-LangNewMedia-excerpt.pdf>. Acesso em: 26 out. 2022.

MENDONÇA, C. M. C. . Sistemas de informação e a gestão da tecnologia da informação. In: Lenin Cavalcanti Brito Guerra, Luciana Lopes Xavier, Michelle Cristine Mazzetto Betti. (Org.). **Temas em Gestão Empresarial**. 1ed. Natal: EdUnP, 2012, v. 1, p. 115-144. Disponível em: (<https://www2.unifap.br/claudiomarcio/files/2014/05/Capítulo-de-Livro-Temas-em-Gestão-d-e-TI.pdf>). Acesso em: 26 out. 2022.

Disciplina: Gestão de Projetos em Tecnologia	
Carga Horária: 36 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
<p>Conhecer o gerenciamento de projetos e a sua importância. Distinguir a diferença entre projeto e portfólio e conhecer o escritório de projetos. Distinguir a diferença entre projetos tangíveis e intangíveis. Conhecer o conceito de PMO. Distinguir a diferença entre organizações funcionais, organizações projetizadas e organizações matriciais. Refletir sobre a importância de um bom gerenciamento de projetos. Compreender a empresa PMI, o seu livro PMBOK e as certificações PMP. Reconhecer as fases e os ciclos de vida de projetos de TI. Compreender as áreas de conhecimento do gerenciamento de projetos e os processos que os compõem, de acordo com o PMBOK 5.0 (integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos, aquisições e partes interessadas). Conhecer e formular um TAP (Termo de Abertura de Projeto) e conhecer sua importância. Conhecer e diferenciar técnicas de coleta de requisitos (Entrevistas e Técnicas de Grupos – Brainstorm, Delphi, Mapa Mental, Diagrama de afinidade, tomada de decisão). Conhecer e Formular uma EAP (Estrutura Analítica do Projeto) e conhecer a sua importância . Analisar como as áreas (integração e escopo) estão relacionadas e como podem afetar o projeto. Conhecer as Metodologias para construção de cronograma (Método do Caminho Crítico e Método da Corrente Crítica). Conhecer as ferramentas de estimativa de tempo (Estimativas análogas, Estimativa de três pontos (PERT), Estimativa paramétrica e Opinião Especializada) - Métodos Ágeis (Planning Poker). Definir a linha base de custo do projeto com as técnicas de Gestão de Valor Agregado (GVA) e Índice de Desempenho para Término (IDPT). Refletir sobre gestão de pessoas e liderança (Habilidades Interpessoais, Treinamento, Atividades em Grupo, Reconhecimento e Recompensas). Conhecer os conceitos de qualidade e riscos em gestão de projetos. Identificar os processos do gerenciamento da qualidade dos projetos. Definição dos principais órgãos de qualidade (ASQC, ABNT e ISSO). Gerenciamento, garantia e controle da qualidade segundo o PMBOK. Refletir sobre o paradigma prazo x qualidade. Refletir sobre razões pela falta de qualidade nos projetos. Interpretar os impactos que a falta de qualidade pode trazer ao projeto. Conhecer os conceitos de Evento, Probabilidade e Impacto dos Riscos. Conhecer as categorias de riscos (quanto ao conhecimento, tipo e localização). Examinar os processos do gerenciamento da comunicação. Refletir sobre Barreiras na comunicação. Conhecer novas formas para melhorar a comunicação. Conhecer melhor novas tecnologias que vêm ganhando espaço no meio corporativo e no dia a dia das pessoas. Refletir sobre como as novas tecnologias poderão impactar sua vida profissional.</p>	
Ementa	
Fundamentos de gerenciamento de projetos. Habilidades de um gerente de projetos. Áreas de gerenciamento de projetos. Processos de gerenciamento de projetos. Definição de integração e escopo do projeto. Planejamento do projeto: definição do escopo do projeto, entregas, esforço, custo, tempo e alocação de recursos. Comunicação e Novas Tecnologias.	
Metodologia e Recursos Utilizados	
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa	

com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado. Serão realizados, ao final dos componentes curriculares de cada Módulo, encontros híbridos que permitam a presencialidade e que, pelo uso de tecnologia, alcancem os alunos que não puderem estar pessoalmente, que abarcará de modo interdisciplinar a compreensão e o alcance das competências descritivas do curso de Ciências Policiais.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

CANCIAN, Maiara Heil. **Gestão de Projetos para T.I.** 1ª edição, SESES, Rio de Janeiro, 2017.
CARVALHO, Marly Monteiro de. RABECHINI JR, Roque. **Construindo competências para gerenciar projetos – teoria e casos.** São Paulo: Ed. Atlas, 2006.
HELDMAN, Kim. **Gerência de Projetos – fundamentos: um guia prático para quem quer certificação em gerência de projetos;** tradução de Luciana do Amaral Teixeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Bibliografia Complementar

GREENE, Jenifer. STELLMAN, Andrew. **Use a cabeça PMP.** Alta Books. 2011
KERZNER, Harold. **Gestão de Projeto: as melhores práticas.** Ed. Bookman. 822 p. 2ª edição. 2006.
MULCAHY, Rita. **Preparatório para o Exame de PMP.** 7ª edição, EUA: RMC Publications Inc. 2013.
PMI. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos – Guia PMBOK.** 4ª ed. – EUA : Project Management Institute, 2008.
VARGAS, Ricardo. **Manual Prático do Plano de Projeto – Utilizando o PMBOK Guide – 4th Ed.** Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

Trabalho Final de Curso (TFC)

Disciplina: Trabalho Final de Curso (TFC)	
Carga Horária: 30 h (EaD) / 4 h (Presencial)	Obrigatória
Objetivos	
Conhecer e correlacionar os fundamentos, os métodos e as técnicas de análise presentes na produção do conhecimento científico. Elaborar e desenvolver pesquisas e trabalhos científicos obedecendo às orientações e normas vigentes nas Instituições de Ensino e Pesquisa no Brasil e na Associação Brasileira de Normas Técnicas. Identificar os passos de um	

projeto de pesquisa. Reconhecer diferentes possibilidades de divulgação de trabalhos científicos e capacitar para sua utilização como estratégia comunicacional. Desenvolver competências em relação ao uso da metodologia científica na pesquisa e no ensino.

Ementa

Dimensões históricas, éticas e políticas da produção do conhecimento. Tendências metodológicas na pesquisa educacional. Classificações da pesquisa. O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura. A construção do objeto e Metodologia de Pesquisa. Os instrumentos de coleta e produção de dados. Elaboração do projeto de pesquisa de uma Investigação Pedagógica. Sistemas de normatizações acadêmicas. Procedimentos metodológicos. Produção e análise de dados.

Metodologia e Recursos Utilizados

A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o/a professor/a responsável pela disciplina. As atividades propostas requerem participação e envolvimento dos alunos, bem como cumprimento das atividades em data previamente estipulada na sala virtual da disciplina. O uso de fóruns tem como objetivo a disseminação dos conteúdos, o reforço dos assuntos estudados e a socialização dos participantes. O atendimento ao aluno será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico. Nos encontros síncronos presenciais ou online, havendo estudantes PcD (Pessoa com Deficiência), será disponibilizado o atendimento educacional especializado.

As defesas seguirão as indicações do Regulamento da Organização Didática dos Cursos de Pós-Graduação do Ifes, desta forma, serão realizadas individualmente, de maneira presencial ao aluno, sendo o momento de culminância e socialização do trabalho de construção do TFC.

Avaliação da Aprendizagem

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento da disciplina, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos alunos. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula.

Serão considerados aprovados em cada componente curricular os alunos avaliados com nota final igual ou superior a 60 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS N.º 34 e 55/2017. Também está prevista a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS N.º 34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei N.º 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas: Papirus, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2005.

WELLER, W.; PFAFF, N. (Orgs). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e prática**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Bibliografia Complementar

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção de conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências**. Belo Horizonte: Artmed/UFMG, 1999.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamento, resumos, resenhas**. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M.C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SCHWARTZ, C. M. et al (Orgs.). **Desafios da educação básica: a pesquisa em educação**. Vitória: EDUFES, 2007.